

Delfim pede austeridade

Um orçamento essencialmente austero para 1984, foi a determinação que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, transmitiu à Secretaria de Orçamento e Finanças — SOF, órgão da Seplan encarregado de «fechar» as contas do orçamento, a partir de propostas a ele encaminhadas pelos diversos ministérios e entidades da administração indireta que participam de recursos do orçamento fiscal. Para tanto, a projeção da receita — igual à despesa — foi de Cr\$20,0 trilhões, ou seja, mais de Cr\$ 9,0 trilhões sobre a arrecadação estimada para o corrente exercício, e a taxa inflacionária utilizada como referência, 70 por cento.

Dos Cr\$ 20,0 trilhões estimados para a receita orçamentária no próximo ano, Cr\$ 5,0 trilhões deverão ser esterilizados para posterior transferência aos orçamentos monetário e das empresas estatais. Em 27 de dezembro do ano passado, através do Decreto-lei 1981, foi determinada uma contenção de 12% nas despesas orçamentárias do corrente exercício, cuja utilização foi vinculada ao reforço de dotações destinadas a pessoal e encargos sociais. Na quinta-feira, através de projeto de lei enviado ao Congresso, dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ao orçamento da União, à conta de recursos provenientes do excesso de arrecadação de receitas ordinárias do Tesouro, o Governo ampliou a utilização dos recursos esterilizados para a cobertura de compromissos de responsabilidade do Tesouro junto à autarquia monetária, ou seja, transferências do orçamento fiscal para o orçamento monetário.

Desde a última quarta-feira, os técnicos da SOF estão se reunindo com o secretário-geral da Seplan, José Flávio Pécora, visando a elaboração da proposta orçamentária para o próximo ano, que deverá ser enviada à apreciação do Congresso, na forma constitucional, até o dia 31 do corrente.

Etapas

Numa primeira etapa, os técnicos tentam compatibilizar as propostas de orçamento encaminhadas à SOF, a partir de julho, por todos os ministérios e órgãos da administração indireta, com os limites de dispêndios estabelecidos pela Seplan, em função das disponibilidades de receita. Esse trabalho é feito sem a participação das entidades diretamente interessadas.

Uma segunda etapa consiste na discussão final dos números, já com a presença dos interessados. Trata-se de um debate que envolve também uma apreciação dos programas do Governo, da ênfase dada a cada um deles, e uma análise das limitações impostas aos gastos orçamentários, em função de compromissos assumidos com o programa de ajustamento negociado com o Fundo Monetário Internacional — FMI. Terminada essa rodada de negociações, a proposta orçamentária estará praticamente fechada, iniciando-se, a partir daí, sua discussão a nível de



Pécora está definindo orçamento

Palácio do Planalto, através do ministro Delfim Netto.

No âmbito da Presidência da República, via de regra, a disputa por verbas continua, com os ministros que não conseguiram obter todos os recursos que necessitavam, quando das discussões na Seplan, apelando diretamente ao Presidente da República. Uma última alteração é, então, feita na proposta orçamentária, que é enviada pelo Planalto ao Congresso.

De acordo com a orientação traçada pelo Presidente da República, na fixação da despesa orçamentária para 1984, será dada ênfase à alocação de recursos destinados aos setores social e de desenvolvimento regional, para os quais serão alocados mais de Cr\$ 4,0 trilhões, correspondentes a 25% de toda a receita orçamentária. A despeito da redução dos subsídios ao crédito agrícola, a função agricultura será aquinhoadada com pelo menos Cr\$ 700,0 bilhões no próximo orçamento fiscal, da mesma forma que o programa de mobilização energética, que também receberá recursos substanciais, da ordem de Cr\$ 230,0 bilhões.

Será dada instrução especial a toda a máquina da administração direta — os ministérios, sobretudo — para que promovam uma rigorosa limitação nos gastos administrativos, evitando despesas como renovação de frota de veículos, compra de novos equipamentos, aquisição ou reforma de imóveis e viagens de funcionários. Continuará valendo a proibição de admissão de pessoal, mesmo nos casos de ocorrência de vagas por aposentadoria de funcionários, salvo as hipóteses de pessoal médico ou para-médico, e os dispêndios com o pagamento de gratificações e outras vantagens serão estritamente controladas pela Secin — Secretaria Central de Controle Interno.